



Líderes do Ministério Público avaliam cenário atual e papel da instituição na defesa da sociedade e democracia

Pág. 2

CONSELHO DELIBERATIVO

Reunião do conselho deliberativo é marcada pela presença de lideranças nacionais



Pág. 6

PEC 5

Deputados adiam votação de proposta sobre Conselho do Ministério Público



Pág. 11

PEC 32

Reforma administrativa: Comissão aprova relatório sem inclusão da Magistratura e do Ministério Público



Pág. 13

Líderes do Ministério Público avaliam cenário atual e papel da instituição na defesa da sociedade e democracia



No dia 1º de outubro, o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta participou do encerramento do evento “O Ministério Público de Uma Nova Era: Reflexões e Projeções”, organizado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) com o apoio da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMPRS). Integrantes da diretoria e do conselho deliberativo da CONAMP também participaram.

O fechamento ocorreu com uma palestra do presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco. O senador iniciou trazendo alguns resultados da atuação do Ministério Público para, em seguida, defender a manutenção de prerrogativas e conquistas que garantem a independência das instituições autônomas e dos Poderes da República. “Não podemos, a pretexto do enxugamento do Estado, compro-

meter a eficiência das instituições que o constituem”, disse ele, referindo-se, especialmente, a iniciativas que tramitam hoje no Congresso, como a reforma administrativa. Ao falar sobre os grandes desafios do





país para superar os impactos da pandemia, a crise energética, na economia e na política, citou quatro características fundamentais a todos os agentes e líderes públicos: a união, o respeito ao outro, a responsabilidade no exercício das funções e, por fim, o otimismo. “Somente com otimismo, união, respeito e responsabilidade no exercício de nossas funções, podemos evoluir e superar a crise pandêmica, política e econômica”, concluiu.

Na mesma direção, o Governador Eduardo Leite destacou em sua manifestação o

caminho da união e do diálogo entre as instituições e Poderes. “Tenho orgulho de dizer que aqui no Rio Grande do Sul é desta forma que fazemos. Respeitadas as autonomias, mantemos o diálogo sempre aberto e, com compreensão e colaboração mútua, encontramos soluções para os problemas do Estado”, disse.

No discurso que encerrou o evento, o procurador-geral de Justiça, Marcelo Dornelles, agradeceu a presença dos colegas de Ministério Público e das autoridades. “A representatividade dessa mesa de autoridades e a qualidade dos temas tratados nesse encontro são clara demonstração da sua importância e contribuição para o Ministério Público brasileiro”.

Na mesma linha, em avaliação após o encerramento

das atividades, o coordenador executivo do evento, Fabiano Dallazen, disse que “o encontro que se encerra marcará a história do Ministério Público como espaço da reflexão que se traduzirá em novas estratégias de adaptação e de crescimento da instituição”.

Também fizeram parte da mesa de autoridades no en-



cerramento do evento, o presidente do TJRS, Voltaire de Lima Moraes, o corregedor-geral do Ministério Público Rinaldo Reis, a presidente do CNPG, Ivana Cei, o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, o presidente da AMPRS, João Ricardo Tavares, o senador Lasier Martins, a deputada Kelly Moraes e o vice-prefeito de Gramado, Luia Barbacovi.

Painéis

“O Ministério Público de uma nova era – reflexões e projeções”, tema central do evento, promoveu um amplo debate sobre a instituição, suas necessidades e desafios para seguir cumprindo a missão constitucional outorgada pela Constituição Federal de 1988 na defesa da sociedade, da correta aplicação das leis e da democracia.



A programação técnica foi dividida em três grandes temas e contou com vários debatedores. Na manhã de sexta-feira, o debate foi sobre a estrutura institucional e administrativa do Ministério Público brasileiro em face da era digital e a sociedade interconectada, com mediação da subprocuradora-geral para Assuntos Jurídicos do MPRS, Angela Salton Rotunno, e participação dos conselheiros do CNMP, Sebastião Vieira Caixeta e Silvio Oliveira de Amorim Junior; do procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior, e do vice-presidente da Conamp, Tarcísio José Sousa Bonfim.

No primeiro painel da tarde o conselheiro do CNMP Marcelo Weitzel, os procuradores-gerais de Justiça de Santa

Catarina, Fernando Comin; e do Distrito Federal e Territórios, Fabiana Barreto; juntamente com o presidente da Associação do Ministério Público da Bahia, Adriano de Assis, abordaram os desafios do Ministério Público frente às mudanças na comunicação provocadas pelas novas tecnologias e mídias sociais. O mediador foi o presidente executivo do Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado, Fábio Medina Osório.

O princípio da unidade do Ministério Público no Século XXI: prioridades institucionais; integração horizontal entre os ramos do MP Brasileiro; ponderação com o princípio da independência funcional e consequências do caráter nacional da carreira foram temas dos debates do último painel





do evento com o conselheiro Rinaldo Reis Lima, corregedor-geral do Ministério Público; Antônio Pereira Duarte, procurador-geral de Justiça Militar; e João Ricardo Santos Tavares, presidente da Associação do Ministério Público do Rio Gran-

de do Sul. A mediação foi da subprocuradora-geral de Gestão Estratégica do MPRS, Caroline Vaz.

Todos os painéis e solenidade de encerramento foram transmitidos e podem ser con-

feridos no canal do MPRS no Youtube.

Clique aqui e confira os painéis e a solenidade de encerramento



HOMENAGEM

Presidente da CONAMP é homenageado com medalha na abertura de evento em Gramado

SAIBA MAIS



Reunião do conselho deliberativo é marcada pela presença de lideranças nacionais

Ocorreu nesta quinta-feira (30), a VI reunião extraordinária do conselho deliberativo da CO-NAMP. O encontro integrou a pré-programação de evento institucional “O Ministério Público de uma nova era – reflexões e projeções”, organizado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, com o apoio da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMPRS).

Além da participação dos presidentes das associações afiliadas, a reunião da CONAMP foi marcada pela presença de lideranças nacionais do Ministério Público, como o Vice-Procurador Geral da República, Hum-



berto Jacques; a procuradora de Justiça Eunice Pereira Amorim Carvalhido, chefe do Gabinete do Procurador-Geral da República; a conselheira do Conselho Nacional de Justiça Ivana Farina, representando o Presidente do CNJ, Ministro Luiz Fux; o corregedor nacional do Ministério Público, Rinaldo Reis; os conselheiros do Conselho Nacional Ministério Público Marcelo Weitzel, Silvio Amorim, e Moacyr Rey Filho; os indicados ao CNMP Paulo Passos (MPMS), Ângelo Fabiano (MPT); e o ex-conselheiro do CNMP Cláudio Barros.

Também participou o procurador-geral do Rio Grande do Sul, Marcelo Dorneles; o coordenador do evento, Fabiano DallaZen; a presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), Ivana Cei; os pro-

curadores-gerais de Justiça de Rondônia, Ivanildo de Oliveira, e da Bahia, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Ubiratan Cazetta; a coordenadora da comissão de mulheres da CONAMP, Gabriela Manssur; as promotoras de Justiça Fábila Founier (MPPA) e Fernanda Balbinot (MPGO).

“As reuniões da CONAMP tradicionalmente são momentos de renovar os ânimos para continuarmos a trabalhar pelo Ministério Público brasileiro. É uma honra contar com a presença de tantos líderes. O prestígio da CO-NAMP é fruto de uma história de responsabilidade e disponibilidade em concentrar múltiplas vozes e alcançar novos caminhos e possibilidades para o Ministério



Público, apesar dos constantes desafios que temos de enfrentar. Somos a veia condutora do movimento classista e continuamos nos esforçando cotidianamente pela manutenção e ampliação da grandeza do Ministério Público brasileiro”, declarou o presidente da entidade, Manoel Murrieta.

Pauta

Sobre a alteração da Lei de Improbidade (PL 2505/2021), o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, afirmou que apesar da intensa articulação da entidade, o texto ainda não está no grau de qualidade mais adequado para a segurança da sociedade, apesar das melhorias alcançadas. O relatório foi aprovado no Senado e a matéria volta a tramitar na Câmara dos Deputados.

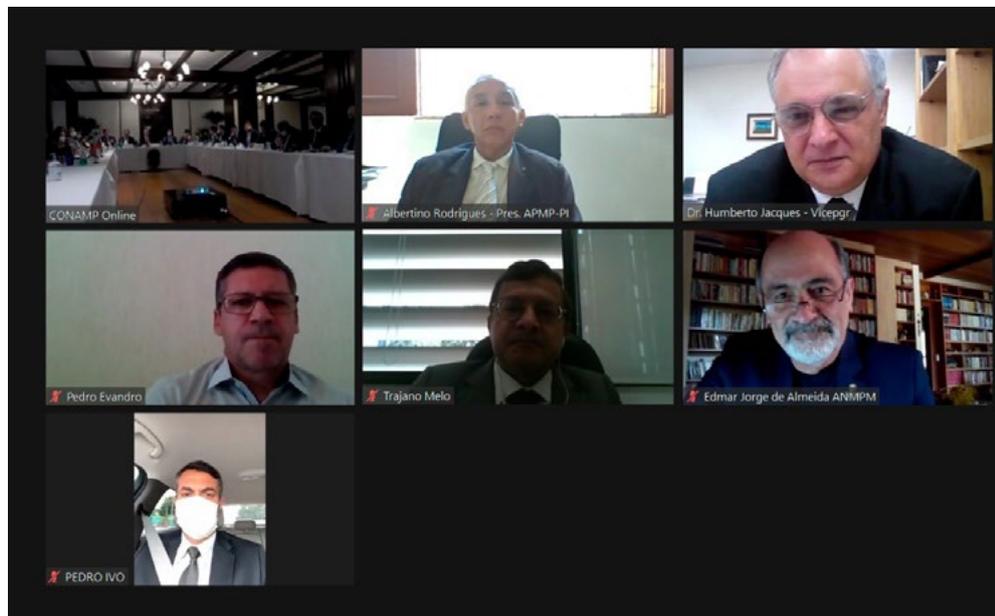
Quanto à reforma administrativa (PEC 32/2020), Murrieta relatou a atuação da entidade junto ao parlamento. O texto foi

aprovado em comissão especial na Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do plenário. As carreiras da Magistratura e do Ministério Público não estão incluídas na PEC, porém a entidade continua mobilizada a fim de resguardar os direitos constitucionais dos servidores públicos e a vontade do constituinte originário.

Também foi discutida a proposta que altera a composição do CNMP entre outros itens.

Eventos

Nos dias 26, 27 e 28 de outubro, em Belém (PA), 3º Congresso do Ministério Público da Região Norte. A edição do Congresso do Ministério Público da Região Norte traz os temas de inovação e tecnologia para o centro das discussões institucionais. Para mais informações, clique aqui e acesso o site do evento.



A celebração de fim de ano da CONAMP será virtual, no dia 1º de dezembro, com uma live transmitida pelo perfil do Youtube da entidade. Novamente haverá sorteio de um carro e a participação de autoridades jurídicas nacionais. Mais informações serão divulgadas em breve.

Já em março de 2022 está prevista a realização do XXIV Congresso Nacional do Ministério Público em Fortaleza, Ceará. O evento está sendo organizado pela CONAMP e pela Associação Cearense do Ministério Público (ACMP). Em breve serão divulgadas mais informações.



ARTIGO

Pátria se constrói com democracia para todos e equilíbrio federativo entre os Poderes

Por: **Manoel Murrieta**

Presidente da CONAMP

ESTADÃO

CONAMP
Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

Demonstre seu apoio à democracia!

Acesse o perfil
@conamp e faça um **story** com o
filtro especial **Democracia:
Respeito e Cidadania**

[Clique aqui e use o filtro](#)



Senado aprova mudanças na Lei de Improbidade administrativa



O plenário do Senado aprovou, no dia 29 de setembro, o PL 2505/2021, que altera a Lei de Improbidade Administrativa.

A CONAMP, juntamente com associações parceiras,

buscou diálogo com parlamentares a fim de reduzir retrocessos inicialmente previstos. A entidade acompanha a tramitação desde a Câmara dos Deputados e participa do debate por meio

de reuniões com deputados e senadores, audiências públicas e elaboração de notas técnicas.

No Senado, a atuação da CONAMP avançou em sete pontos:

- Ressalva da condenação em honorários de sucumbência apenas para os casos de comprovada má-fé;
- Aumento do prazo do inquérito civil para 1 (um) ano, prorrogável por mais uma única vez, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica;
- Aumento do prazo de transição para manifestação do interesse do Ministério Público de 120 (cento e vinte) dias para 1 (um) ano a contar da publicação da Lei;
- Exclusão da necessidade de dolo específico dos atos de improbidade decorrentes do descumprimento da legislação de acesso à informação;
- Inclusão de ressalva quanto à possibilidade de configuração de nepotismo na hipótese de indicação política;
- Supressão de disposição quanto à aplicabilidade retroativa das disposições da Lei;
- Garantia da imprescritibilidade do ressarcimento ao erário (CF, art. 37, §5º) – decorrente da separação clara entre a ação de improbidade e a ação civil pública.

O PL 2505/2021 segue para apreciação do Senado. “O texto não atende a todas as expectativas do Ministério Público. A CONAMP segue trabalhando com afinco e acuidade no firme propósito de continuar representando a nossa classe ministerial em prol da defesa dos valores mais elevados da nação. Trabalhamos para que a legislação brasileira possa garantir instrumentos efetivos no combate à impunidade e à corrupção”, afirma o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta.



ARTIGO

Lei de Improbidade Administrativa precisa ser debatida com fundamentos

Por: **Manoel Murrieta**

Presidente da CONAMP

CORREIO
BRAZILIENSE

CONAMP
Associação Nacional dos Ministros do Ministério Público

Deputados adiam votação de proposta sobre Conselho do Ministério Público



No dia 7 de outubro, apesar de o plenário da Câmara dos Deputados ter rejeitado, por 216 votos a 197, requerimento de retirada de pauta da PEC sobre o Ministério Público (Proposta de Emenda à Constituição 5/21), os líderes partidários entraram em acordo para retirar a matéria da pauta de hoje.

O pedido de adiamento partiu do líder do PP, deputado Cacá Leão. O primeiro signatário foi o deputado Paulo Teixeira.

Apesar de tramitar em comissão especial desde maio de 2021, apenas no dia 6 de outubro foi apresentado o parecer da comissão, sendo que, no mes-

mo dia, 4 versões oficiais foram publicadas. Com o prazo da comissão foi esgotado, o texto foi enviado para apreciação direta do plenário. Inicialmente, a previsão era de votação já no dia 6.

A CONAMP e afiliadas rapidamente se mobilizaram em dedicação exclusiva ao tema. Entre o recebimento da última versão do parecer e a votação em plenário, a atuação das lideranças classistas possibilitou, primeiramente, o adiamento para o dia 7. Conforme a articulação foi ganhando volume junto aos parlamentares, a votação foi novamente adiada, com previsão para a semana do dia 13 de outubro.

“Com bastante serenidade, após um intenso trabalho, conseguimos ampliar o espaço de debate junto ao parlamento. É preciso reconhecer que avan-



çamos na luta pela defesa do Ministério Público brasileiro. E isto só foi possível em razão da soma de esforços de todo o MP, especialmente dos presidentes das afiliadas e da parceria com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPNG). O nosso empenho continua: estamos buscando as mudanças fundamentais e urgentes no mérito do texto para evitar o desmonte de nossa instituição, defendendo a legitimidade constitucional de atuar em defesa da sociedade e ordem jurídica nacional”, declarou o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta.

Atuação

No dia 6 de outubro, a CONAMP e o CNPG publicaram

um documento que ressalta oito pontos de maior preocupação com o parecer da PEC 5, como a permissão de interferência política direta e extinção atuação independente de Procuradores(as) e Promotores(as) de Justiça. As entidades se posicionam pela rejeição da PEC 05/21.

As entidades acompanham a tramitação da PEC desde o início. Além de participar de audiência pública, foram realizadas diversas reuniões com parlamentares. A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) publicou nota sobre o tema. Também foi divulgado nota conjunta da CONAMP, ANPR, ANPT, AMPDFT e ANMPM.



MEMÓRIA

Relembre a participação da CONAMP na audiência pública sobre a PEC 5

SAIBA MAIS



Reforma administrativa: Comissão aprova relatório sem inclusão da Magistratura e do Ministério Público

A comissão especial da Reforma Administrativa da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 23 de setembro, o texto-base do parecer do relator Arthur Maia (DEM/BA). O relatório respeita a vontade do constituinte originário e não incluiu as carreiras da Magistratura e do Ministério Público.

A CONAMP, em atuação conjunta com as afiliadas e associações parceiras, esteve mobilizada em um esforço intensivo para sensibilizar os deputados quanto à inconstitucionalidade da inclusão. Além de contato di-



ário com parlamentares e participação em audiências públicas, foram elaboradas notas e estudos técnicos.

A PEC 32 ainda será apreciada pelo plenário da Câmara. A CONAMP mantém a mobilização sobre o tema.



Conversa com o Judiciário

PODCAST DA REVISTA JUSTIÇA & CIDADANIA

Reflexos da reforma administrativa



Mediação
Ministro Luis Felipe Salomão
Superior Tribunal de Justiça



Promotor de Justiça
Manoel Murrieta
Presidente da Conamp



Procurador Regional da República
Ubiratan Cazetta
Presidente do ANPR

CLIQUE AQUI E CONFIRA

JUSTIÇA CIDADANIA

1º Vice-Presidente da CONAMP realiza visita a sede da Seguros Unimed em São Paulo



| [Leia mais](#)

Associação Amazonense do MP recebe visita do 1º Vice-Presidente da CONAMP



| [Leia mais](#)

Em Alagoas, nova diretoria e conselho Fiscal são eleitos para biênio 2021/2023



| [Leia mais](#)

Aberto o processo eleitoral para diretoria e conselho fiscal da CONAMP



| [Leia mais](#)

CONAMP
CULTURAL

Conheça a ação da CONAMP
de apoio ao investimento do
IR em cultura

CNMP responde consulta da CONAMP sobre regras de promoção a membros requisitados



[| Leia mais](#)

CONAMP prestigia posse de conselheiros do CNMP



[| Leia mais](#)

Indicados ao CNMP são aprovados em sabatina da CCJ do Senado



[| Leia mais](#)

STF: Ação que questiona limitação do orçamento do Ministério Público do Ceará é julgada procedente



[| Leia mais](#)

Câmara aprova novo Código Eleitoral com previsão de quarentena para juízes, MP e policiais



[| Leia mais](#)

CONAMP é favorável à criação do crime de "Intimidação violenta"



[| Leia mais](#)

O papel do MP no desenvolvimento local é tema de palestra em evento do Sebrae



[| Leia mais](#)

CONAMP prestigia recondução de Augusto Aras como Procurador-Geral da República



[| Leia mais](#)

CONAMP participa de primeiro encontro de procuradores-gerais com parlamentares em Pernambuco



[| Leia mais](#)

CONAMP participa do 1º Encontro de Procuradores-Gerais de Justiça e Corregedores do MP da Região Norte



[| Leia mais](#)

Atuação do Ministério Público Brasileiro em defesa da democracia é tema de reunião do CNPG com presença da CONAMP



[| Leia mais](#)



XXIV CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

"OS DESAFIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO CENÁRIO PÓS-PANDEMIA"



Após 24 anos da realização do último congresso nacional, em 29 de maio de 1998, Fortaleza vai sediar o primeiro evento presencial no pós-pandemia, discutindo o papel do Ministério Público neste cenário. Berço de Clóvis Beviláqua e Paulo Bonavides, a terra da luz e de praias exuberantes está de braços abertos para receber você.

Programe-se e participe!

**23 A 26
DE MARÇO
DE 2022**

**CENTRO DE
EVENTOS
DO CEARÁ**

**O EVENTO SEGUIRÁ TODOS OS PROTOCOLOS
SANITÁRIOS FIXADOS PELA SECRETARIA DE
SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ (SESA)**

REALIZAÇÃO



ASSOCIAÇÃO CEARENSE
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

APOIO INSTITUCIONAL



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356